



AVANTE!



Boletim Nacional da RECC nº 09 - Primeiro Semestre de 2013 - www.redeclassista.blogspot.com



POR UM NOVO MOVIMENTO ESTUDANTIL Construir as Oposições nos locais de estudo

O período de eleição de um Grêmio Estudantil, Centro Acadêmico (CA) ou Diretório Central dos Estudantes (DCE) é quase sempre acompanhado por certo entusiasmo das chapas e maior interesse político dos estudantes. Apesar disso, diferente do que muitos pensam e fazem, a construção do Movimento Estudantil (ME) não se resume ao período eleitoral e nem tem neste seu momento mais importante. Pretendemos com este artigo discutir alguns equívocos, vícios e politicagem que impregnam o ME e sugerir a importância daquilo que chamamos de “Política de Oposição” para a construção de um novo ME.

A Política Eleitoreira

A política eleitoreira é uma velha conhecida do povo. Em resumo, é o vale-tudo para se vencer determinadas eleições. Bastante praticada nas eleições estaduais, ela também é reproduzida no interior do Movimento Estudantil, sobretudo pelos próprios partidos eleitorais – mas não somente e nem necessariamente. A política eleitoreira pode ser definida também como um “parlamentarismo estudantil”, e leva sempre a um fim imediato: uma entidade estudantil fraca e superestrutural, que não atende aos interesses da luta coletiva.

Visto a “olho nu”, a principal característica dos grupos e militantes que praticam a política eleitoreira é a contradição entre seu entusiasmo “político” nos períodos eleitorais e seu “sumiço” no restante do ano. Durante eleição, acordam cedo e aparecem colando cartazes, distribuindo panfletos ou passando em salas pra ganhar nosso voto, mas difícil é vê-los com o mesmo entusiasmo antes das eleições, e pior, às vezes nem mesmo os vemos depois de vencê-las. Também assumem característica burocrática, quer dizer, só os vemos “lutar” na internet, nas mesas de negociação ou nos ofícios entregue junto às autoridades.

Alguns grupos eleitoreiros tentam se autojustificar. São aqueles que falam quase que tão somente em “crise de direção” ou de nossa “representação” em outros espaços. O problema é que acabam confundindo **direção** com **diretoria** e **representação** com **participação**. Para nós, **diretoria** e **representação** significam apenas cargos oficiais de determinada entidade e suas opiniões, votos ou assinaturas em outros espaços; **direção** e **participação** significam o sentido do movimento real para onde caminha o conjunto de estudantes daquela entidade, é portanto ação e vontade democrática e coletiva.

Mas os parlamentaristas agem como se, ao vencerem as eleições de uma entidade, estivessem solucionando o movimento real dos estudantes. E querem este “aparato” a todo custo. Assim, nos iludem para se iludir que estão avançando politicamente, na

melhor das hipóteses; e na pior, nos iludem de má fé para poderem dar projeção política aos seus interesses exclusivos, com a possibilidade de sentarem em mesas de negociações com autoridades de nossas escolas ou dos governos, para acumularem assinaturas em panfletos, para ter votos em entidades falidas (como a UBES, UNE e ANPG), ou para autolegitimarem outras entidades forçosamente criadas (como a ANEL). Fazem da crise de direção mera “crise de diretoria”. Não passam de “aparatasistas”.

A Política de Oposição

A Política de Oposição levada à frente pela RECC condena estas práticas. A primeira diferença é sua ação permanente, quer dizer, sua incidência no dia a dia do local de estudo e não somente um esforço concentrado nos períodos eleitorais. Assim, um grupo de Oposição não se reduz a uma “chapa de oposição”, pois isto reforçaria a política eleitoreira. Nos opomos não a uma gestão específica, mas à concepção parlamentarista de Movimento Estudantil.

Construímos uma Oposição para criar um foco de referência e aglutinação combativa dos estudantes que queiram reorganizar o ME de baixo para cima. Isso também significa ir acabando com o estranhamento dos estudantes ao próprio ME. A Política de Oposição se define, portanto, como um trabalho de base, de formiguinha, de buscar uma organização es-

tudantil solidificada em cada local de estudo. Deixar a prática de fazer “pelos estudantes” para fazer “com os estudantes”.

Ainda assim, as eleições podem e devem ser disputadas, mas não como uma estratégia permanente e sim como ação tática. E como toda tática, é uma opção flexível à conjuntura. A estratégia maior que orienta nossa tática é o fim da subordinação da educação ao mercado, e, portanto o fim do capitalismo e seu Estado. É necessária uma sólida organização de massas para este enfrentamento. Uma Oposição pode, fora da diretoria de uma entidade, provocar esta direção de luta, mas não se esquece de que deve resolver outra crise que nenhuma diretoria em si resolve - a crise de organização, pois as formas de interação coletiva e os métodos de luta têm peso decisivo para nossas vitórias.

O novo nasce da negação

Para construir um novo ME, precisamos rejeitar as práticas eleitoreiras e parlamentaristas em seu interior. Já basta de protodeputados usando nossas entidades como trampolins eleitorais para suas carreiras políticas. Já basta de miniburocratas que usam estrutura, verba e assinatura das nossas entidades para se autolegitimarem, alheios à vontade da base. Isto não é Movimento Estudantil. A massa estudantil precisa lutar contra a precarização do nosso ensino e a consequente precarização de nossa força de trabalho. Precisamos derrotar o projeto capitalista que lucra sobre educação e explora nosso trabalho e para tanto precisamos de uma luta classista e combativa, através da ação e organização pela base. Por isso convocamos todos os estudantes do povo a construir uma RECC através das Oposições por local de estudo! ■

**NEM UNE GOVERNISTA E NEM ANEL
BUROCRÁTICA! RECONSTRUIR O MOVIMENTO
ESTUDANTIL NACIONAL ATRAVÉS DAS
OPOSIÇÕES POR LOCAL DE ESTUDO!**



Um projeto a serviço dos “Playboys”

“ENQUANTO ELAS CONTINUAM MENTINDO, O POVO QUER SABER QUEM É QUE VAI PAGAR POR ISSO”. Comando DMC (Grupo de Rap)

A divulgação do resultado do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) em 2012 demonstrou uma estagnação da nota do Ensino Médio desde 2009. Tal fato levou o atual Ministro da Educação, Aluísio Mercadante, a anunciar publicamente que o Ensino Médio passaria por uma grande reforma a nível nacional, a partir do ano de 2013. Os eixos centrais da política de reformulação do governo são dois: a aplicação do Ensino Integral e a criação de grandes Blocos Temáticos relacionados ao ENEM.

Apesar de todo o discurso demagógico da “inovação interdisciplinar” e da “redução da evasão escolar” precisamos observar friamente os verdadeiros interesses do Governo e das elites brasileiras nesta Reforma: formar “mão de obra” barata provinda das escolas públicas, avançar na privatização do ensino, diminuir o quadro de professores e melhorar artificialmente as estatísticas do Governo.

O Ensino Integral e a Formação de “mão de obra” barata

Essa Reforma não é de hoje, começou no ano de 2004, quando o Governo Lula aprovou o Decreto nº 5154 que acabava com a separação entre ensino médio e ensino técnico presente na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) de 1996, vendendo aos desinformados a ideia de uma inovação. Na verdade reproduzia a mesma política da LDB de 1971, aprovada pela Ditadura Militar com objetivos semelhantes: formação de “mão de obra” barata para o desenvolvimento do capitalismo.

O Ensino Médio brasileiro, em 2011, possuía 8,4 milhões de estudantes matriculados e esse grande número, para os propósitos da reforma, sempre representou a exploração massiva de estagiários como forma de substituir os contratos formais de trabalho, buscando eliminar custos trabalhistas.

Neste sentido, em 2008, a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e MEC lançaram o documento: “**Reestruturação e Expansão do Ensino Médio no Brasil**”, que previa reuniões fechadas com empresários e deixava claro um dos principais objetivos do projeto “**Ensino Médio Integrado**”: “c) Inserir as Escolas do Sistema “S” na rede nacional de escolas públicas de ensino médio.” (meta 3, pág. 16)

O Novo PNE (Plano Nacional de Educação) de 2012 transformou isto em política nacional nas “Meta 3: Universalização do Ensino Médio” e “Meta 6: Tempo Integral”, concedendo abertura a iniciativa privada através de programas “educativos,

científicos e profissionalizantes” em parceria com setores da “sociedade civil” (ONG’s, organizações patronais etc.) e diretamente com organizações do sistema S (Rede privada ligada a grandes empresas que fornece cursos pagos através do SENAI/SENAC)

Esta proposta de Ensino Integral representa uma privatização indireta no Ensino Médio público que consistirá em concessões e terceirização de serviços para empresas privadas nas escolas, garantindo gordas licitações e desvios de verbas públicas para a iniciativa privada.

É importante que fique claro que não somos contra o ensino técnico, pois defendemos uma educação pública que articule o conhecimento teórico e prático como um direito dos trabalhadores, mas esta não é a proposta do Governo. **Esta Reforma visa reproduzir o ensino profissionalizante apenas para os filhos dos trabalhadores pobres que estudam nas escolas públicas, enquanto os “playboys” filhos da classe dominante se dedicam integralmente ao conhecimento acadêmico. O desenvolvimento lógico disto é o aumento das desigualdades no acesso ao ensino superior e na sociedade.**



O ENEM e a precarização do trabalho dos Professores

O MEC também prevê a substituição das atuais 13 matérias do Ensino Médio por 4 grandes Blocos Temáticos baseados no Novo ENEM: Códigos e linguagens, Ciências humanas, Ciências da natureza e Matemática. São previstos também sistemas de aprovação automática. O Governo argumenta que os principais causadores do abandono escolar e das baixas notas são a sobrecarga de matérias, a complexidade e a repetência. O que não passa de uma mentira.

O que o Governo não responde é: se o problema são as 13 matérias por que o Ensino Médio

privado continua tirando boas notas no IDEB? **O problema de fato é o sucateamento das escolas públicas, o baixo salário dos professores em todo o Brasil e a desigualdade social. Esta é a realidade que o Governo não quer enfrentar, pois esta é a realidade que beneficia as classes dominantes que controlam o próprio Governo.**

Caídas as máscaras, os principais objetivos desta Reforma são: a) A diminuição do quadro de professores, senão imediata, a médio prazo, já que numa área integrada não são mais necessários professores específicos e sim apenas um professor geral; b) Queda da qualidade do Ensino, pela simplificação do conteúdo e aprovação automática, visando somente à melhoria artificial das Estatísticas.

Combater a Reforma! Como e pelo que devemos lutar

Hoje a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), filiada a CUT, e a UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) se encontram paralisadas pela sua submissão ao Governo Dilma. Neste momento, é necessário se organizar em cada local de estudo em Grêmios ou Oposições estudantis independentes da UBES,

para combater tais reformas através de greves estudantis, manifestações de rua e ocupações das Regionais de Ensino ou Secretarias de Educação de sua cidade.

Nossas pautas devem ser: contra a entrada de empresas privadas dentro das escolas ou qualquer taxa; por uma reforma curricular crítica e democrática impulsionada pela base das organizações estudantis e sindicais; contra a criação dos grandes blocos de matérias; pela contratação de mais professores/servidores; e por mais verba pública para a educação pública visando melhoria

da infraestrutura, material audiovisual e melhoria salarial.

No fim, a proposta do MEC visa reproduzir este sistema social que gera lucros para os “playboys” e aplausos da mídia para os Governantes, mas que continua explorando e pagando baixos salários aos nossos pais e a muitos de nós estudantes, ao mesmo tempo aplicando uma educação servil e de baixa qualidade para a classe trabalhadora. Portanto... ■

**FAÇAMOS NOSSO DEVER DE CASA:
OCUPEMOS AS RUAS! POR EDUCAÇÃO DE
QUALIDADE E TRABALHO DIGNO! NÃO AO
PNE E A REFORMA DO ENSINO MÉDIO!**

2012: Balanços e perspectivas

O ano de 2012 pôs em evidência as precárias condições de trabalho e estudo no setor da educação, principalmente através da greve dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Esta greve foi convocada pelo ANDES-SN, e teve início no dia 17 de maio de 2012, contando com 50 instituições em greve por tempo indeterminado. Acompanhando a greve docente, estudantes de no mínimo 30 Universidades Federais também deflagraram Greve Estudantil.

Podemos refletir sobre a Greve de dois modos, interligados entre si: a da indagação do que foi o movimento grevista e as razões de seu limitado desenvolvimento. O pano de fundo da política educacional e econômica do Governo já foi brevemente discutido no **Comunicado Nacional da RECC nº10**. Portanto nos deteremos aqui nos problemas do desenvolvimento da greve, em especial a estudantil.

Mas por qual motivo, um ano após a ocorrência desta Greve, decidimos retomar este debate? Essa análise/balanço é fundamental, pois apesar desta greve ter atingido muitas universidades/institutos federais e também o serviço público federal, é preciso entender o motivo deste movimento não ter obtido êxito completo em suas reivindicações. Aprender com os nossos erros enquanto classe não nos deixa desiludir frente as batalhas perdidas, e nos permite superar tais erros para em um futuro próximo avançar em uma mobilização mais forte para arrancar nossas pautas do Governo. O Comando Nacional de Greve Estudantil (CNGE) foi uma boa iniciativa, contudo este sofreu vários problemas organizativos e de representatividade que analisaremos aqui:

Os quatro problemas chaves que avaliamos como motivos centrais para impedir o desenvolvimento da greve estudantil foram: 1) Grevismo; 2) Corporativismo; 3) Crise de direção; 4) Crise de Organização:



MARCHA NACIONAL EM BRASÍLIA (05/06/12) - IMPEDIDOS PELA PM E PELA UNE DE ENTRA NO MEC, ESTUDANTES APREDEJARAM AS VIDRAÇAS DO ÓRGÃO. PSTU TAMBÉM ESTE A FRENTE PARA CESSAR O ENFRENTAMENTO.



1) O grevismo, ou seja, a simples deflagração da greve com o objetivo apenas de conscientizar a sociedade e sensibilizar parlamentares. Defendemos, ao contrário, a ação direta de massas como via de enfrentamento com o governo, pois compreendemos que este só acata nossas propostas na medida em que avançamos na ação direta (fechamentos de ruas, ocupações de prédios públicos etc.), e assim fazemos o governo recuar. Os trabalhadores é que devem resolver os seus próprios problemas. Não podemos aceitar as alegações de “falta de condições” para as ações de radicalização vinda dos partido eleitores e burocratas, pois estas condições não cairão do céu: ou preparamo-las desde já nas oportunidades de luta, ou de fato nunca haverá condições de radicalização.

2) O corporativismo foi fundamental para dividir os trabalhadores e assim fortalecer o Governo. Isso se deu logo de início, quando as categorias do Serviço Público Federal da Educação saíram em greve em momentos diferentes, facilitando para que o Governo lançasse propostas diferentes para cada setor, originando assim uma divisão dentro do movimento. O corporativismo impediu também a realização de assembleias unificadas entre os setores que até então compunham a greve na educação superior, essa experiência de assembleias unificadas ocorreu em pouquíssimos casos, nas Federais. Não se tratava de um problema de unidade da “esquerda”, como as correntes ligadas ao PSOL diziam, mas sim de falta de unidade de base das categorias em Luta da Educação e do Serviço Público Federal (SPF).



DIREÇÕES DOS SPF E ESTUDANTES CONDUZIRAM GREVES FRAGMENTADAS, APESAR DE SIMULTÂNEAS. AS MARCHAS NACIONAIS REPETIAM-SE COMO FÚTEIS VOLTAS OLÍMPICAS NO CONGRESSO. O APELO PELA “NOGOCIAÇÃO” PASSOU A SER A REIVINDICAÇÃO CENTRAL EM DETRIMENTO DAS PAUTAS EM SI DO MOVIMENTO.



ENQUANTO UNE “NOGOCIAVA” COM MEC PELAS COSTAS DO MOVIMENTO, ESTUDANTES BUSCAVAM ATOS DE RADICALIZAÇÃO, APESAR DAS TRAVAS DO PSTU E PSOL



3) A crise de direção se materializa nos problemas enfrentados durante a greve pelo movimento estudantil e tem seu exemplo na disputa pela UNE, hegemonizada pelo governo e disputada por dentro por setores paragonistas (Oposição de Esquerda/PSOL). Durante a greve, isso ficou evidente quando o CNGE tentou negociar com o Governo as reivindicações da base, e a pelega UNE se apresentou como legítima representação estudantil - entidade essa que não apenas apoia o Governo como também produz e reproduz programas neoliberais em parceria com o MEC em uma relação orgânica com ele, ou seja, a UNE é o Governo no movimento estudantil. Portanto, quando o Governo impunha um canal de diálogo de forma exclusiva com a UNE, ignorando o CNGE, estava na verdade “negociando” consigo mesmo, seu “alter ego”.

4) A crise de organização, que ficou evidente na incompreensão e desrespeito aos espaços de base em várias experiências de comando de greve estudantil local. Um comando de greve deveria ser composto por uma representação eleita na sua base. Para o setor paragonista, o comando deveria ser composto por “quem fosse à reunião do comando”, mesmo que este nunca tivesse ido até sua base, nem em tempos de aula! A compreensão/caracterização de comando de greve dos setores paragonistas explicita sua prática oportunista de distanciamento das bases e coloca todo o movimento a perder, pois sem o apoio do conjunto dos estudantes o comando tornou-se um espaço superestrutural a serviço apenas de estudantes profissionais que se dedicam exclusivamente aos espaços de decisão do movimento, sem ao menos irem às suas bases. Para construirmos uma greve forte é necessário dar poder às bases e construir comandos de greve a partir de comitês de greve eleitos em cada curso, para que o comando seja uma representação da base e refletir as necessidades eminentemente locais. Unir todos os setores da Universidade em luta, inclusive terceirizados, em Assembleias Unificadas, e se utilizar dos métodos da ação direta para tomarmos nossas reivindicações das mãos do governo! ■



Solidariedade ao professor Marcléo



Continua a luta em defesa do companheiro Marcléo Rosseli. Seu caso vem sendo divulgado em alguns jornais e boletins de movimentos sociais. Militante antigo da esquerda revolucionária no DF, um dos fundadores da Conlutas, o professor Marcléo sofreu duas demissões políticas gravíssimas, das quais recorre na Justiça. Os processos se arrastam até hoje, sem chegar a uma solução.

Primeiro, durante seu estágio probatório na Fundação Educacional do DF, na década de 90, durante o governo Roriz (ex-PMDB, atual PSC) e a gestão de Eurides Brito (PMDB), foi exonerado através de um processo administrativo repleto de calúnias e vícios jurídicos. “Durante a gestão de Cristovam Buarque foi formada uma comissão revisora do seu processo contando com membros do SINPRO-DF. Porém, por fazer parte do bloco de oposição ao sindicalismo pelego, foram retiradas as questões mais graves e absurdas na tentativa de dar legalidade e legitimidade ao processo, mantendo a

maior penalidade: demissão do serviço público ao professor” (blog Combate Estudantil, 28/11/2010).

Depois, sem ser readmitido no DF, em 2004, o companheiro Marcléo passou em novo concurso para docente em Valparaíso de Goiás (Entorno do DF). “Por manter sua postura militante, ter liderado uma longa greve da categoria, ter lutado juntamente com a comunidade pela retirada de um lixão da cidade, estar a frente da campanha vitoriosa pelo não fechamento do EJA (Educação de Jovens e Adultos), o companheiro foi novamente demitido e ainda pior, teve sua aposentadoria decretada forçosamente, e hoje está impedido legalmente de realizar novos concursos ou trabalhar com carteira assinada” (blog da UNIPA, 22/09/2012).

Além de contar com a colaboração das burocracias sindicais da CUT, ligadas ao PT e PC do B, que agiram como verdadeiras traidoras da classe trabalhadora, os governos do DF e de Goiás também foram ajudados pela omissão sectária de di-

versos militantes e setores da esquerda, inclusive antigos colegas de partido do próprio Marcléo (então no PCO) que não apoiaram sua defesa nem se manifestaram sobre o caso.

Para defender o companheiro, foi criada, em 2010, a Comissão de Combate ao Assédio moral e à Criminalização dos Movimentos Sociais e seus Militantes do DF/Entorno, composta por sindicatos, organizações do movimento estudantil e popular e independentes (tais como SINDÁGUA-DF, SINDICAL, UNIPA, RECC E SINDMETRÔ-GESTÃO 2008/2010), que vem buscando divulgar o caso e apoiar Marcléo.

A perseguição política é um mal que ameaça a todos os militantes de esquerda e é um dos meios mais eficazes para o Estado frear a luta coletiva. É preciso dar todo o apoio ao companheiro Marcléo, divulgar o seu caso exemplar de perseguição, e responder a este com um exemplo de resistência e solidariedade classista! ■

UNIVERSIDADES PAGAS

Construir o movimento estudantil classista nas faculdades e universidades pagas

A juventude dos Partidos ditos radicais ou anti-governistas de esquerda, a exemplo do PSOL e PSTU, manifestam em suas teses e nos espaços em que participam o seu esforço e contribuição na luta pela melhoria das condições de existência da classe explorada. Contudo, essa abstrata luta no âmbito educacional junto à, e em prol da classe trabalhadora muito reivindicada pelos mesmos, é feita, quando ela existe, apenas dentro dos muros da Universidade pública, local notadamente ocupado pelos setores sociais mais abastados – em geral, filhos da burguesia, altos funcionários do Estado etc.

Com o aumento colossal das IES pagas - Instituições de Ensino Superior -, assim como os financiamentos do Governo Federal para a manutenção destas, os explorados através do FIES e do PROUNI, passaram a aumentar a sua entrada no meio universitário. No entanto, apesar de facilitar o ingresso, e elevar os números a serem apresentados como resultados, tais políticas não garantem a permanên-

cia destes estudantes, ocasionando assim, para os muitos que não são atingidos com a evasão, uma gigantesca dificuldade na conclusão de seus cursos. Todavia, conforme explicitado no material apresentado pelo GT de Pagas da Federação do Movimento Estudantil de História sobre Movimento Estudantil nas Faculdades e Universidades Pagas¹, atualmente coordenado pelo Coletivo Tempo de Luta/RECC, nas faculdades e universidades pagas o Movimento Estudantil é quase inexistente. Sendo assim, os coletivos dos partidos anteriormente citados, não atuam nas Instituições privadas ou se atuam, têm pouca participação nos raros espaços onde existe uma cultura política. Porém, mesmo que tivessem uma participação expressiva, não modificaria o pano de fundo da questão nem a crítica por nós manifestada em virtude da discrepância entre o número das instituições onde o Movimento Estudantil possui cultura política e o onde não possuem. Partindo deste entendimento, advogamos a ideia de que a atuação

destes coletivos passa bem longe da massa dos estudantes-trabalhadores – razão pela qual exageram a composição “policlassista” do ME.

Por sua composição policlassista e com concepção idêntica, sua intervenção se dá em um campo onde quem está presente majoritariamente não são os filhos de trabalhadores e/ou os próprios trabalhadores. Em meio à conjuntura de reformas curriculares, aumentos das mensalidades, evasão, inexistência de democracia interna, de assistência estudantil e de condições mínimas de estudo e trabalho, necessário de faz uma articulação entre estudantes e trabalhadores no intuito de organizar estratégias de enfrentamento as políticas impostas pelo governo e reitorias. ■

¹ Material construído em 2011 por Yan Allen Santos, Uilton Oliveira e Alan Morais como contribuição à FEMEHC do acúmulo do GT de Pagas – Grupo de Trabalho sobre Faculdades e Universidades Pagas. Disponível em: <http://femehacional.files.wordpress.com/2011/07/contribuic3a7c3a30-gt-de-pagas-2011.pdf>

Construir a RECC: Em defesa do estudante trabalhador!!!

RECC Oposição Classista e Combativa ao DCE da UFC (CE); Oposição Combativa Classista e Independente ao DCE da UnB (DF); Oposição Classista, Combativa e Autônoma ao DCE da UFG/Goiania e Jataí (GO); Coletivo LutaSocialis! (UnB e UECE); Coletivo Território Livre (UnB); Coletivo Pedagogia em Luta (UFC); Coletivo Serviço Social em Luta (UFF - RJ); **COMITÊS D E PROPAGANDA (CPs)**: Oposição Estudantil Combativa e Independente ao DCE da UCSAL (BA); Coletivo Tempo de Luta (UCSAL); Estudantes de Marília (SP); Campo Grande (MS); Três Lagoas (MS); Catalão (GO); Manaus (AM); UFRRJ.